



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

152

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0323694-6
AGRAVANTE: PRIPLES LTDA
AGRAVADO: CLAUDINEY DA SILVA SANTOS
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. ATIVIDADE DE MARKETING MULTINÍVEL. BENS INDISPONÍVEIS POR DECISÃO JUDICIAL. MANUTENÇÃO DO ARRESTO ON LINE DO VALOR PLEITEADO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

- A empresa agravante tem sido investigada sob a suspeita de praticar crime contra a economia popular através da atividade de "pirâmide financeira". Tendo sido exarada uma decisão onde se determinou a suspensão das atividades da empresa bem como a indisponibilidade de todos os seus bens, dentre outras medidas. Entretanto, encontrando-se a empresa impossibilitada de dar continuidade aos pagamentos mensais de seus "partners (parceiros)" e divulgadores, correta a decisão que determinou o arresto online do valor pleiteado pelo agravado, uma vez evidenciada a lesão ao direito do autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Recife, 06 de 05 de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

146

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0323694-6
AGRAVANTE: PRIPLES LTDA
AGRAVADO: CLAUDINEY DA SILVA SANTOS
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão prolatada no Juízo da 3ª Vara Cível de Caruaru nos autos de Ação Cautelar de Arresto, por meio da qual foi deferida a liminar pleiteada para determinar o arresto online do valor de R\$ 9.412,00 (nove mil quatrocentos e doze reais), nas contas da agravante.

Irresignada, a agravante expõe que constitui empresa pernambucana que desempenha a atividade lícita de "marketing multinível".

Afirma que seus bens foram bloqueados mediante decisão exarada em 31/07/2013 nos autos do processo que tramita na 9ª Vara Criminal da Comarca do Recife- PE.

Informa que, por força da referida decisão, todas as suas contas bancárias, valores e bens encontram-se indisponíveis, bem como de seus sócios. Assim, torna-se impossível o cumprimento da decisão, ora recorrida.

Pugna, por fim, pela reforma da decisão que concedeu a tutela antecipada em favor do agravado.

Às fls. 109/112, fora deferida parcialmente a liminar, apenas para conceder o benefício da justiça gratuita, mantendo-se, nos demais pontos, a decisão agravada

Não foram oferecidas contrarrazões.

É o relatório. À pauta.

Recife, 07 de abril de 2014.

DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

153

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0323694-6
AGRAVANTE: PRIPLES LTDA
AGRAVADO: CLAUDINEY DA SILVA SANTOS
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO:

O presente recurso trata de relação de consumo em que a agravante se comprometeu a efetuar veiculação de anúncios publicitários na rede de computadores e, em contrapartida, o filiado viria a auferir uma renda mensal, tornando-se divulgador da empresa, que define suas atividades como "marketing multinível".

Entretanto, a empresa ora agravante tem sido investigada sob a suspeita de praticar crime contra a economia popular através da atividade de "pirâmide financeira".

No âmbito criminal, verifica-se que fora proposta uma ação ajuizada na 9ª Vara Criminal do Recife, sendo exarada uma decisão onde se determinou a suspensão das atividades da empresa agravante bem como a indisponibilidade de todos os seus bens, dentre outras medidas.

Assim, a empresa encontra-se impossibilitada de dar continuidade aos pagamentos mensais de seus "partners (parceiros)" e divulgadores.

A despeito disto, vários processos judiciais vem sendo propostos individualmente, em vários Estados, pelos divulgadores que estão sendo lesados pela não percepção da renda mensal prevista, como é o caso do agravado.

Assim, verifico que agiu com acerto o togado singular ao determinar o arresto online do valor pleiteado pelo agravado, uma vez evidenciada a lesão ao direito do autor.

Ante todo o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.
É como voto.

Recife, 06 de maio de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

160
P

SEXTA CÂMARA CÍVEL – 06/05/14

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 323694-6 – CARUARU/PE

AGRAVANTE : PRIPLES LTDA

AGRAVADO : CLAUDINEY DA SILVA SANTOS

RELATOR : DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

RELATÓRIO CONSTANTE ÀS FLS. 146 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE E RELATOR)

Tem uma petição do Doutor Ronnie Preuss Duarte fazendo substabelecimento, e defiro essa juntada do substabelecimento que agora o Doutor advogado vai fazer no prazo legal sua defesa.

DOUTOR VINÍCIUS SILVA PIMENTEL (ADVOGADO DA AGRAVANTE - OAB/PE Nº 35.245)

Boa tarde!

Excelentíssimos Senhores Desembargadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimo Senhor representante do Ministério Público,

Gostaria de fazer nessa sustentação oral, uma pontuação muito simples a respeito desse processo: trata-se de um agravo regimental interposto nos autos de agravo de instrumento, no qual o Excelentíssimo relator negou o pedido de efeito suspensivo à decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Piso, numa ação cautelar de arresto.

E, gostaria de enfatizar aqui, Senhores, não é tanto a ausência dos pressupostos para a medida específica cautelar de arresto. Também não é a necessidade do *fumus boni iuris*, ou a plausibilidade do direito alegado, mas, enfatizar que há total ausência do perigo do risco de inutilidade da medida nessa ação.

Trata-se e Vossas Excelências já devem ter julgado casos semelhantes a esses, nos quais indivíduos têm entrado, ajuizado pretensões ressarcitórias tendo em vista que passaram, contrataram com a Empresa PRIPLES a divulgação e serviço de anúncio no site da Empresa.

Sobreveio nos autos de processo criminal que tramita na 9ª Vara da Capital, uma decisão interlocutória na qual a Excelentíssima Juíza do caso deferiu tutela antecipada determinando a indisponibilidade total dos bens e valores da Empresa. E, como decorrência dessa indisponibilidade total dos bens e valores da Empresa, esta ficou impossibilitada de arcar com os compromissos que havia assumido contratualmente com seus anunciantes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

O que acontece, é que muitos particulares têm ajuizado medidas cautelares de arresto, pleiteando aquilo que a decisão da 9ª Vara já concedeu, que é o bloqueio e a indisponibilidade dos valores.

A decisão interlocutória no processo crime já atinge a finalidade que pretende o agravado na ação cautelar de arresto. Se o que ele pleiteia é a garantia de uma eventual sentença de procedência no processo principal que conceda a indenização por danos materiais ou morais, seja lá qual for a sua pretensão, se o seu intento é acautelar, é garantir a execução da sentença, esse intento já está protegido pela decisão proferida no Juízo criminal, que determina a total indisponibilidade dos valores.

Os valores estão bloqueados, há provas nos autos, a decisão do processo crime encontra-se na fl. 392 e, portanto, falta interesse processual ao agravado no manejo da cautelar de arresto, pelo simples fato de que não há necessidade de provocação da jurisdição para alcançar o efeito pretendido.

O efeito, a tutela pretendida, a tutela cautelar já está assegurada no processo criminal: falta necessidade, portanto, interesse de agir. E, falta também um dos requisitos da tutela cautelar, que é o risco de inutilidade do provimento principal.

O provimento principal, caso seja concedido, caso seja julgada procedente a ação principal, o agravado já tem assegurada o ressarcimento pretendido, já que todos os valores estão bloqueados.

Eu gostaria apenas de salientar, que em recentíssima decisão, o Excelentíssimo Desembargador Roberto da Silva Maia, nos autos do agravo de instrumento nº 324.134-9 reconheceu justamente a ausência de necessidade e também a ausência do perigo da demora nesse tipo de pretensão em caso idêntico, nos quais se pretende acautelar o que já está acautelado.

Portanto, Vossas Excelências, o que se destaca aqui é tão somente a ausência do *periculum in mora* e também a ausência do interesse de agir do autor da ação cautelar de arresto, uma vez que já está acautelada a sua pretensão principal.

Eu agradeço Vossas Excelências.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 153 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE E RELATOR)

Está em discussão. Colho votos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

161
P

DESEMBARGADOR EVANDRO MAGALHÃES

Acompanho o voto de Vossa Excelência, porque aí é visando garantir a questão. Essa pirâmide já é conhecida, não é, foi uma coisa de grande repercussão. E, estamos aqui a julgar o agravo de instrumento, que fez o arresto dos bens.

Então, a questão de mérito vai ficar ainda a ser discutida lá na primeira. Com isso, é só uma questão de segurar esses bens, de forma que eu vou acompanhar Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Eu também acompanho.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
